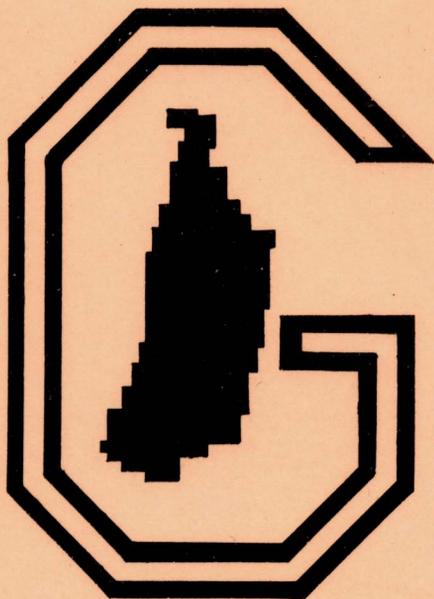


ISSN 0101-708X



UFG – IQG

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

BOLETIM GOIANO DE GEOGRAFIA

PUBLICAÇÃO ANUAL – VOL. 7/8 N. 1/2 – JANEIRO/DEZEMBRO 1987/1988

GEOGRAFIA E SUBDESENVOLVIMENTO

Horieste Gomes*

I - OS LIMITES DA INTERDEPENDÊNCIA DESENVOLVIMENTO-SUBDESENVOLVIMENTO

Nosso primeiro passo é situar o chamado desenvolvimento capitalista no contexto do subdesenvolvimento e vice-versa. Isto significa que jamais poderemos dissociar os dois componentes, tendo em vista que um - o desenvolvimento capitalista - é causa determinante do outro - o subdesenvolvimento capitalista -, uma vez que a lei da interdependência (interação mútua) é deturpada pelos ideólogos do sistema, notadamente no plano econômico, e funciona somente a favor dos interesses dos desenvolvidos.

A "interdependência capitalista" encontrámo-la na ausência dos dois fatores que definem a interação mútua: **autonomia** e **dependência**. O primeiro, justificado pelo volume de capital e tecnologia disponível, assim como pelo poder de influência e decisão política do detentor dos meios de produção. O segundo, pela dependência ao trabalho, isto é, à força mental e física do trabalhador para que ele produza a mercadoria revestida de valor de troca.

Para se concretizar a pretendida interdependência - necessidade vital para os desenvolvidos - há que existir nos espaços nacionais:

- estruturas políticas subdesenvolvidas corruptas, corruptíveis e subservientes;
- comunidades atrasadas, dotadas de baixo nível de consciência política, portanto, acrílicas e alienadas do processo histórico transformador;
- abundante potencial de recursos naturais (RN) renováveis e não renováveis, e de matérias-primas existentes no meio geográfico do mundo subdesenvolvido;

* Prof. do Depto. de Geografia da UFG.

- elevada mão-de.obra disponível submetida a baixos salários, etc.

Tomando como exmplo um país de capitalismo desenvolvido como a Suécia, vejamos: no presente, há no Brasil quase uma centena de empresas suecas localizadas, preferencialmente, no eixo São Paulo - Campinas, cujos dividendos gerados colocam a grande São Paulo como a 2ª cidade econômica da Suécia. Em suma, estes dividendos são responsáveis diretos pela acumulação e concentração do capital em benefício dos grandes grupos econômicos e financeiros suecos, outrossim, colabora em parte pela sustentação do atual padrão social do povo sueco, um dos mais elevados do mundo capitalista. Desta forma, o subdesenvolvimento brasileiro é fator de desenvolvimento da Suécia, revelando que o subdesenvolvimento só existe numa relação entre explorador e explorado. Imaginem os Estados Unidos, matriz das maiores empresas do mundo, e que detém em território brasileiro a grande maioria das 406 companhias estrangeiras e das 226 empresas de capital misto (existentes em 1985) cujo faturamento atingiu em 86 a 29,2% do global obtido, sendo que o faturamento das estrangeiras foi, em média, de 58% em relação ao conquistado pelas estatais (275 empresas) e a 31% ao das companhias mistas, que sangria está produzindo em nossa economia e rebaixando o nosso padrão existencial.*

O desenvolvimento das nações mais "afortunadas" no mundo capitalista é resultado, no fundamental, da atitude de rapina imposta sobre os não desenvolvidos. Essa postura de apropriação ilítica dos "bens" - ótica da sociedade, não do poder constituído - contidos no subdesenvolvimento, basicamente é traduzida:

- ao longo da história, no corpo da gênese, do desenvolvimento e da crise geral do sistema capitalista. Desde o nascer da propriedade privada dos meios de produção, e conseqüente surgimento da sociedade de classes que passa a concentrar em seu proveito, a riqueza produzida pelo trabalho do homem na proporção que o produtor-trabalhador vai perdendo os seus meios de produção. O capital comercial vai desintegrando a economia natural e o comerciante intermediário passa a comerciante açambarcador, metamorfoseando-se em empresário fornecedor, e, finalmen-

* Balanço anual da Gazeta Mercantil.

te chega à condição de capitalista empresário. O resultado de tudo isso é que na sociedade uma minoria acumula, concentra e esbanja riquezas; a maioria é marginalizada e passa a viver, exclusivamente da força do seu próprio trabalho..

No fundo da verdade, foi por meio dos métodos mais brutais de violência, traduzida em extermínio de populações, de saques, de servidões, de espoliações e expropriações ilícitas de bens coletivos e privados, que o capitalismo

"vem ao mundo jorrando sangue e lodo por todos os poros, dos pés à cabeça" (*)

deixando a marca de sua gênese e evolução, e chega aos dias atuais em seu estado de crise geral. Esta, é plenamente, identificada pelo crescente aumento e agudização das contradições, pelo fato de não haver correspondência entre as forças produtivas e as relações de produção na natureza do modo de produção capitalista;

- pela política de arrocho salarial imposta sobre os trabalhadores das nações não desenvolvidas, buscando atender a três propósitos contidos no ciclo do capital:
 - a) obtenção de maior lucro contido na exploração da **mais-valia** (absoluta, relativa e diferencial);
 - b) produzir a baixo custo mercadorias valorizadas, preferencialmente, para a sociedade de consumo;
 - c) dispor de mercadoria, produzida pelo trabalho socialmente necessário do trabalhador, dotada de um valor que traduza poderoso instrumento de concorrência, tendo em vista que o capitalismo só pode sobreviver na arena capitalista na medida que ele consiga reproduzir o capital a nível superior. Esta necessidade biológica de acumulação e concentração - eliminando os mais fracos - é que permite dar continuidade ao sistema, uma vez que por intermédio desse mecanismo de repro

* Karl Marx, O Capital.

dução do capital - mecanismo de poder político-econômico - consegue conter por certo tempo a ruptura definitiva entre as forças produtivas e as relações de produção.

Um bom exemplo, no caso brasileiro, é a recente eliminação da produção de carros populares (o Volks como modelo) para se investir no fabrico de carros de luxo. Tal medida é fator de elevada rentabilidade para os empresários que passaram a utilizar um maior percentual de força de trabalho barata na produção de mercadoria super-valorizada (do Volks para o Santana, para o Scort, para o Passat etc.);

- pela liberação total de percentual de remessa de lucros para o exterior, configurada já na primeira "carta de intenções" assinada pelo governo Figueiredo, capitulação ante ao FMI, o que revela a que ponto chegou a perda de nossa identidade em termos de soberania nacional;
- pela facilidade que possuem as grandes empresas em obter as famosas "concessões" de exploração das potencialidades contidas em nossos recursos naturais e matérias-primas adquiridas a preços irrisórios. Como exemplo, o recente acordo com o Japão no que concerne ao ferro de Carajás, com exportação de mineral bruto em torno de 20 dólares a tonelada. Caso sub - ou industrializássemos o mineral (sinter feed ou produção de ferro gusa) multiplicaríamos esse valor por cinco (5) ou seis (6) vezes;
- pela facilidade que possuem as grandes empresas de obtenção de empréstimos nos bancos nacionais (oficiais e privados), não só em virtude dos endossos oficiais, mas também em decorrência do volume de capital de giro movimentado em determinados bancos para efeito de captar recursos.

Quanto ao subsdesenvolvimento, a autonomia deixa de existir, uma vez que a própria condição de subdesenvolvido elimina a possibilidade de situar-se independentemente. Isto se traduz, na prática, em não ter poder de decisão, conseqüentemente elimina-se a reciprocidade necessária. A interdependên-

cia na relação do desenvolvimento com o subdesenvolvimento somente funcionaria sob a condição de fato existir igualdade absoluta entre todas as partes, sendo esta impensável sem a preservação da independência econômica e da soberania das nações, Troca-se a ética da exploração pela da cooperação, conduta esta inadmissível no mundo do capital.

II - OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO

Na análise dos critérios que dão identidade ao subdesenvolvimento dentro das denominadas "etapas históricas" (que na verdade são anti-históricas) que vivenciam as nações não desenvolvidas, separadas por distâncias temporais diferenciadas, os teóricos analistas propõem modelos diferenciados de desenvolvimento capitalista:

- a concepção que mantém os países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento nos parâmetros dos **estádios históricos** (Rostow);
- a teoria da modernização (Lipset) que joga na **revolução técnico-científica** como investimento maior para eliminar a **contradição atraso-modernização**, sendo que este último estágio será alcançado no momento em que se atinge a conciliação entre operário e patrão;
- a **teoria da convergência** (Meyer, Galbraith, Duverger, Sorokin, outros) que absolutiza o papel da ciência e da técnica para eliminar o subdesenvolvimento, e a **contradição** entre os dois sistemas opostos: **capitalização automática do socialismo** e **socialização gradual, pacífica do capitalismo**;
- teoria da sociedade pós-industrial... etc...

Na essência dessas teorias há propósitos ideológicos bem definidos, sobressaindo-se como denominador comum o de **buscar eliminar da relação dialética unidade-luta dos contrários** esta última componente, a fim de que a unidade se mantenha como valor universal e identificada com a conciliação de classes, de sistemas.

Os conflitos não-antagônicos, seriam regulados pelo Estado burguês por intermédio de suas "funções preventivas".

No bojo desses modelos, destacam e sobrevalorizam cri
térios responsáveis pelo subdesenvolvimento dos povos. Assim te
mos, como exemplos:

- papel do rendimento per capita ou do rendimento na cional bruto, identificando o subdesenvolvimento com quantitativos técnico-econômicos. Os países com renda per capita inferior a 250 e até 500 dólares, estariam nas condições de subdesenvolvidos ou em transição para o desenvolvimento. O Brasil, 9º PNB e enquadrado pelo Banco Mundial como possuidor de renda média alta (2.240 dólares)* não estaria na condição de subdesenvolvimento, quantitativo numérico este que mascara totalmente a realidade social do povo brasileiro;
- o nível de acumulação de capital, identificando o subdesenvolvimento com a insuficiência de capitais;
- o fator demográfico, na acepção de crescimento ace
lerado, como impeditivo ao crescimento econômico;
- o fator qualidade da mão-de-obra, que justifica o subdesenvolvimento em decorrência do baixo nível cultural, científico-tecnológico existentes no Ter
ceiro Mundo;
- critérios de ordem estrutural, que identifica o sub
desenvolvimento com o dualismo dos setores econômi
cos;
- fator classe empresarial, o subdesenvolvimento em função da não existência de uma classe empresarial super-dotada;
- fator trocas internacionais, o subdesenvolvimento estaria imbutido nas deficiências existentes na di
visão do trabalho. No entanto, a íntima ligação (re
lação causa efeito) do desenvolvimento com o subde
senvolvimento é diluída pela análise dos dados ci
entífico-técnicos, havendo absolutização de variã
veis particularizadas em detrimento da análise con
juntural.

No fundamental, o grande erro de todas essas e ou-
tras concepções reside no fato de terem sido elaboradas com ba
se na economia de mercado dos países capitalistas. Outrossim,

* Outras fontes coloca-o em torno de 2.000 dólares.

por não admitir a necessidade histórica da destruição das velhas estruturas, mas sim por advogarem a manutenção do status dos desenvolvidos, como instrumental de força maior para acabar com o subdesenvolvimento.

Também é preciso termos em conta que os países não desenvolvidos dependentes do grande capital financeiro estão subordinados às convulsões produzidas pelas crises atinentes ao próprio sistema capitalista (crise geral e cíclica):

Regiões desenvolvidas do
capitalismo

Regiões subdesenvolvidas do
capitalismo

(hipocentros das crises)

(epicentros das crises)

O aumento da correlação existente entre o centro e a periferia, em decorrência da inserção maior no mercado mundial da produção dos países em vias de desenvolvimento, aumentou consideravelmente os efeitos nocivos das crises sobre nós subdesenvolvidos. É do nosso conhecimento que nos países tidos como desenvolvidos, a sobreacumulação do capital é fator de recessão da produção e recrudescer do desemprego; já nos países não desenvolvidos, é a crescente hipertrofia da balança de pagamentos que decorre, basicamente, das oscilações da economia, a grande responsável pela ampliação da dependência.

Há todo um volume de contradições antagônicas e não antagônicas no contexto do subdesenvolvimento, as quais são "exploradas", isto é, aproveitadas pelos países capitalistas desenvolvidos. Entre as principais, arrolamos:

- necessidade de criação de forças produtivas modernas X relações de produção atrasadas;
- o baixo montante do fundo nacional de acumulação x o montante necessário ao desenvolvimento e a reestruturação técnica da economia;
- a ganância da elite do poder e demais camadas exploradas X o imperativo social de elevar o nível de vida da grande sociedade constituída pelas massas populares socialmente marginalizadas;
- a necessidade objetiva de fornecer trabalho a milhões de desempregados e sub-empregados X necessidade imperiosa de elevar a qualidade do trabalho dos que são empregados.

Infelizmente, há que ressaltar que o Brasil ocupa, dentro dos parâmetros de sua dependência, no contexto do capitalismo internacional, uma posição de "gerente/capataz" dos interesses do capital monopolista financeiro, preferencialmente, na América Latina.

III - A PRÁXIS GEOGRÁFICA

De posse dessa visão conjuntural, deveras importante para situar a ciência geográfica no contexto do subdesenvolvimento, passemos à apreciação crítica da forma como se materializa, na prática, a condução do ensino, da pesquisa e do planejamento geográfico em nosso espaço do trabalho.

Inicialmente, há que se ter em conta que a produção geográfica fruto de nosso trabalho profissional obedece a duas vias de conduta de ordem prática:

- a) a dos que, simplesmente, repassam mecanicamente o saber já produzido, portanto, de maneira repetitiva, não criativa, o que significa se ater às estruturas do "status quo", contribuindo, efetivamente, para a manutenção dos dominadores desenvolvidos sobre os dominados subdesenvolvidos;
- b) a dos que tomam do saber já produzido as variáveis positivas, propulsoras do desenvolvimento, e de posse das contradições dialéticas entre as forças produtivas e as relações de produção no modo de produção capitalista, passam a produzir um novo saber. Para tanto, há que compreender a sociedade como sujeito histórico da transformação social, suas aspirações de mudanças e ver nela a eterna fornecedora de nossa temática de trabalho.

Há que se ter em conta que "os repetitivos" se mantêm presos às velhas relações de produção, enquanto que "os produtores" buscam construir uma nova espacialidade geográfica, em cuja essência proliferam "os gens verdadeiros", necessários à transformação que vai libertando os dominados da sujeição aos dominadores.

No espaço que a práxis transformadora se faz presente, assistimos o princípio hegeliano "o real é verdadeiro quan

do necessário" materializar-se em concretude, na proporção que o nosso trabalho no campo do ensino, da pesquisa e do planejamento geográfico corresponda às reais pretensões objetivas da sociedade. Isto significa que a nossa produção para ser real, portanto, verdadeira - corresponder ao objeto da verdade científico/social - tem que ser necessária, isto é, atender aos propósitos de vivência social da sociedade. Não basta ensinar por ensinar, pesquisar por pesquisar, planejar por planejar, dado que sem penetrar a fundo no objeto de nossa procura: o espaço produtivo/social, da interação interdependente (N-S) Natureza - Sociedade, o produto obtido revestir-se-á pobre de conteúdo no vo. A nossa práxis configurar-se-á revestida de profunda dimensão social, na razão, de nosso grau de interação com a sociedade, e a nossa produção passará a ser reprodução nova em termos de ensino, pesquisa e planejamento. É preciso levarmos em conta que o verdadeiro motor da história - as lutas entre as classes - é produto da sociedade como sujeito dotado de consciência coletiva que se antepõem aos possuidores dos meios de produção, em regra, dotados de consciência privada ou grupal.

A sociedade coloca-nos, no dia-a-dia, no embate de suas lutas de classes - verdadeiro motor da história - o rol das transformações que se faz necessários, fornecendo-nos os temas de nosso trabalho. Levando-se em conta que o movimento social é uma constante ininterrupta do desenvolvimento, cabe-nos na condição de ser social, portanto, possuidor de consciência coletiva e de sermos agentes-geógrafos, imprimir no meio geográfico o fâcies do espaço que corresponda aos interesses maiores da sociedade. Para tanto, requer de nossa categoria o domínio de um conjunto de "situações" as quais, devidamente conectadas nos possibilitarão termos a necessária visão de totalidade que o fenômeno espaço/temporal possui. No fundamental, devemos nos ater:

- aos níveis de interação interdependente existentes no complexo Natureza-Sociedade;
- aos níveis de interação interdependente existentes no complexo Desenvolvimento-Subdesenvolvimento, bem como aos critérios e suas limitações que definem o "quantum" do subdesenvolvimento;
- ao conjunto dos fatos históricos concretos que situam o subdesenvolvimento na gênese, no desenvolvimento e na crise geral do sistema capitalista;

- ao exercício da ciência geográfica, corporificada numa Filosofia e Ideologia assumidas pelos profissionais de nossa categoria, e traduzida em termos de práxis no ensino, na pesquisa fundamental e aplicada, no planejamento, etc.;
- finalmente, de posse do volume das cominações imbuídas no subdesenvolvimento, cabem-nos identificar, denunciar os mercenários mercantilizantes do saber geográfico à sociedade, e, acima de tudo, agir como ser social em busca da transformação do espaço geográfico para melhor.

Em termos de nossa práxis pelo espaço geográfico do teritório brasileiro, devemos exercer uma severa vigília sobre a "produção" dos coniventes com os dominadores, por múltiplas razões objetivas:

- a) como sabemos, o espaço do capitalismo, gerado pelo binômio **capital-trabalho** é mais uma mercadoria destinada a gerar dividendos para os possuidores do capital. E, na proporção em que o espaço vai sendo mercantilizado pelo capital, vai se tornando cada vez mais difícil o resgate da verdadeira dimensão social do fato geográfico. É verdade que boa parte de nossa categoria não questiona o modo de produção capitalista em sua essência, isto é, não vai a fundo na questão da propriedade privada dos meios de produção e no entendimento das relações de produção. A grande maioria se contenta com a aparência dos fatos, e agindo assim faz o jogo do capital que aposta na alienação da nossa categoria, a fim de que ela perpetue o conhecimento formal, **acrítico**, **ahistórico**;
- b) muitos dos chamados "profissionais do saber geográfico" espalhados em todos os quadrantes do espaço nacional, reproduzem mecanicamente - consciente ou inconscientemente - o saber tradicional, já conhecido e eivado de forte conteúdo ideológico a serviço dos dominadores. Evidentemente, amplia a nossa perda de identidade com a transformação social contínua que o desenvolvimento impõe;

c) é preciso termos em conta que o saber geográfico é por sua natureza um saber profundamente social e objetivamente **partidário**. Isto quer dizer que os agentes desse saber assumem em suas falas, em seus escritos, em suas pesquisas, posturas que definem as suas ideologias. Estas, por suas vezes, são reflexos de suas filosofias de vida e autenticadas em suas práticas cotidianas. O partidarismo é assumido em todos os momentos de nossa prática, tendo em vista que não existe neutralidade, notadamente, no âmbito das ciências humanas. Mesmo os que se declaram "neutros", isentos de contaminação ideológica de qualquer natureza, no fundo, isto é, na sua produção oral ou escrita, é flagrante a marca de sua personalidade que define a sua conduta em benefício desta ou daquela ideologia.

Na prática, podemos dividir os profissionais que manuseiam o saber geográfico em três grupos:

- 1) os que se apegam aos conhecimentos adquiridos nos respectivos cursos de graduação (a maioria) e pós-graduação vividos no passado. Em geral são cultores da geografia tradicional, revelando-se como reprodutores da pseudo-geografia narrativa, revelando-se como reprodutores da pseudo-geografia narrativa, descritiva, memorativa, atomizada, turística, etc (já combatida por Monbeig, c. ex. na década de 50);
- 2) os que esposam a New Geography criada nos anos subsequentes pós-Grande Guerra, quando o capital monopolista impôs nova divisão internacional do espaço e do trabalho na via capitalista, a fim de redefinir a Revolução Científica Tecnológica (RCT) veio a se constituir no principal suporte de apoio para que a ciência geográfica se transformasse num instrumental de sistemas e modelos quantitativos indispensáveis a mais ágil reprodução do capital no interesse dos dominadores;
- 3) os que praticam uma geografia crítica que coloca as aspirações do ser social (homem coletivo) no

centro de suas preocupações, e produzem um saber que pela sua identidade com a sociedade se constitui no verdadeiro objeto da ciência geográfica. A gindo assim, nossa categoria na proporção que passa a dominar as leis e categorias do movimento dialético da natureza, da sociedade e do pensamento, passa a resgatar os reais valores contidos em cada espaço produzido pelo trabalho do homem.

É do nosso conhecimento que, nos dias atuais, o imperialismo joga pesado no sentido de distorcer e mesmo eliminar a profunda dimensão social contida na natureza do espaço geográfico.

No presente, a Geografia Social trava uma luta de contrários antagônica contra os princípios, postulados e propósitos da Geografia Quantitativa. Enquanto que a Geografia do Capital usa de todas as armas para se manter reprodutora do capital, a Geografia do Trabalho questiona o uso do espaço pelo capital e propõe alternativas sociais de ordenamento espacial. Cabem-nos, na condição de geógrafos comprometidos com a sociedade, participar ativamente em prol das transformações quantitativas espaciais que nos conduzirão a uma nova dimensão quantitativa de espaço geográfico.

Geografia Quantitativa - Geografia Crítica/Social

Unidade e luta dos contrários

Em termos da prática escolar, é preciso termos em conta que a Escola, como organismo superestrutural do Estado Brasileiro, capitalista e dependente, em suas linhas gerais assume a sua função de reprodução da política educacional estatal, razão pela qual ela serve aos ditames ideológicos e pragmáticos do sistema de dominação reinante. Concretamente, encontra-se separada das grandes aspirações da sociedade brasileira, notadamente, das grandes massas carentes e desamparadas que não têm acesso à educação como um todo.

Por sua vez, a ciência geográfica como um dos apêndices do saber escolar revela-se, em grande parte, dissociada da realidade social por razões objetivas, tais como:

- o desvinculamento do profissional/geógrafo com a práxis política e reivindicatória da sociedade organizada. No presente, se significativo segmento da nossa categoria reconhece em teoria o seu crescente empobrecimento material e cultural, na sua prática individual seus membros persistem em se comportar como possuidores do seu antigo padrão existencial, e evitam o contato com o povo trabalhador organizado. No fundo, assumem uma "falida resistência" ao processo progressivo e geométrico de pauperização, cujas causas econômicas - traduzidas em fator de existência material, profissional e social - são as determinantes da degradação social evolutiva. São elas que absorvem muitos dos nossos colegas no dia-a-dia, condicionando-os a meros executores mednicistas que apostam muito mais na luta individual para obter os seus propósitos, do que na ação coletiva transformadora. A força do coletivo passa a ser pulverizada pela prática individual;
- a "falsa postura de neutralidade" assumida por vários profissionais da nossa categoria ante as questões vitais que definem "o querer" da sociedade como essência existencial no presente e pretensão futura;
- a não interdisciplinaridade das disciplinas geográficas e das ciências afins reduz o saber geográfico a tratamentos dicotômicos diferenciados, os quais sobrevalorizam variáveis isoladas do meio físico ou do humano, em detrimento da interação mútua interdependente. O resultado é o exercício de uma Geografia pulverizada, fragmentária, diluída, e, acima de tudo, incompetente para entender as questões que afligem a sociedade e contribuir para solucioná-las.

Como propostas efetivas, propomos:

- a necessidade do professor/geógrafo se conscientizar como trabalhador do ensino, da pesquisa e do planejamento, e dotado de um significativo papel no conjunto da comunidade brasileira, no sentido de transformá-la para melhor;

- promover o trabalho de campo e valorizar a educação e cultura popular por meio dessa prática de campo (viver a realidade objetiva);
- a integração científica, tendo em vista a necessidade imperiosa, em parte determinada pela atual Revolução Técnico/Científica (RTC), de se recompor a unidade do conhecimento científico;
- etc.